

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

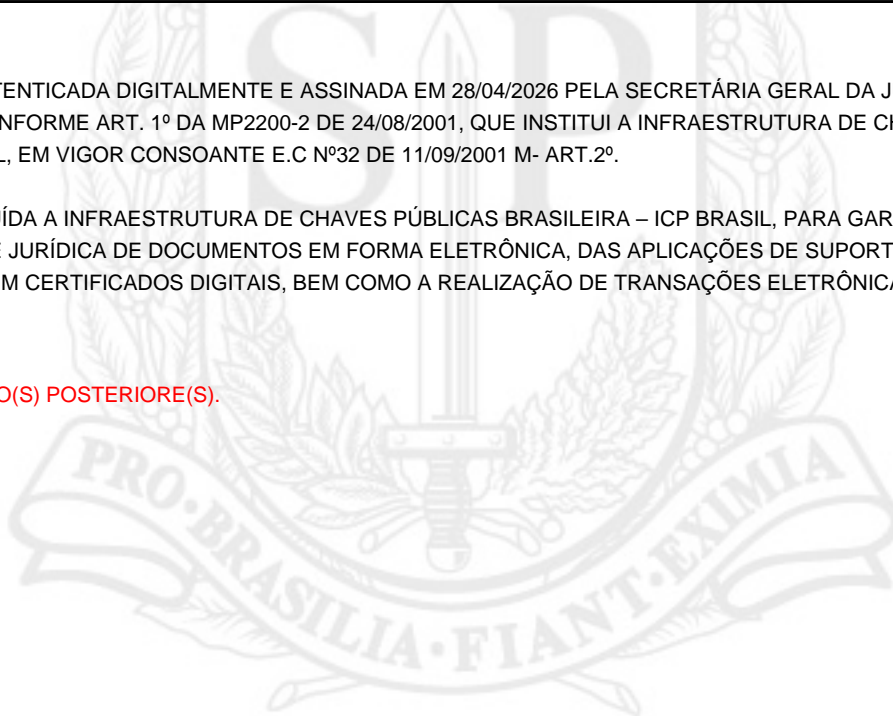
| DADOS DA EMPRESA | | | |
|--|------|---------------------------------------|--------------------------------------|
| NOME EMPRESARIAL PILAR SECURITIZADORA S.A | | | |
| TÍTULO DE ESTABELECIMENTO | | | TIPO JURÍDICO SOCIEDADE POR AÇÕES |
| NIRE 35300692136 | CNPJ | NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 35300692136 | DATA DO ARQUIVAMENTO 22/04/2026 |

| DADOS DA CERTIDÃO | | |
|--|-------------------------------|---------------------------------|
| DATA DE EXPEDIÇÃO 28/04/2026 | HORA DE EXPEDIÇÃO 10:43:49 | CÓDIGO DE CONTROLE 290736662 |
| A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR | | |

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 28/04/2026 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – MARINA CENTURION DARDANI, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

EXISTE(M) ARQUIVAMENTO(S) POSTERIORE(S).





JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ETIQUETA PROTOCOLO



JUCESP PROTOCOLO
242.025.129/26-9



CAPA DO REQUERIMENTO

CONTROLE INTERNET
036057717-2



DADOS CADASTRAIS

| | | | | | |
|--|----------|-----------------|--|-------------------------------|---------------|
| ATO Constituição Normal; | | PORTE Normal | | JUCESP ER 242 - A FRANC | |
| NOME EMPRESARIAL PILAR SECURITIZADORA S.A | | | | 13 ABR. 2026 | |
| TÍTULO DE ESTABELECIMENTO | | | | | |
| LOGRADOURO Alameda Rio Negro | | NÚMERO 503 | COMPLEMENTO Sala 2020 | CEP 06454-000 | |
| MUNICÍPIO Barueri | UF SP | TELEFONE | EMAIL | | |
| NÚMERO EXIGENCIA (S) 0 | | CNPJ - SEDE | | NIRE - SEDE | |
| IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: JULIO FREIRE DA COSTA FILHO (Diretor Presidente) | | | VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$ 583,98 | SEQ. DOC. 1 / 1 | |
| ASSINATURA: | | | DATA: 08/04/2026 | | DARF: R\$,00 |

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

| | | |
|--|--|--|
| CARIMBO PROTOCOLO JUCESP ER 242 - ACIF FRANCA 13 ABR. 2026 PROTOCOLO | CARIMBO DISTRIBUIÇÃO 2º TURMA DE VOGAIS | CARIMBO ANÁLISE JUCESP DEFERIDO 2º TURMA 1. Vogal Relator 2. Vogal Revisor 3. Vogal Roberto Manin Freitas RG 9.877.503 Vogal Andre Pereira Terra RG 981.981-9 Vogal |
| ANEXOS: <input type="checkbox"/> DBE <input type="checkbox"/> Procuração <input type="checkbox"/> Alvará Judicial <input type="checkbox"/> Formal de Partilha <input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial <input type="checkbox"/> Outros | EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE <input type="checkbox"/> Documentos Pessoais <input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação <input type="checkbox"/> Jornal <input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação <input type="checkbox"/> Certidão | ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO JUCESP 7 22 ABR 2026 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP NIRE 35300692136 MARINA CENTURION DARDANI SECRETARIA GERAL 3530069213-6 |
| OBSERVAÇÕES: | | |

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS E EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART.57, § 5º, DECRETO 1.800/96



Data, hora e local: 08 de abril de 2026, às 10h (dez horas) na sede social, localizada na Alameda Rio Negro, nº 503, Sala 2020, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP: 06.454-000.

Convocação: Os acionistas foram convocados por Carta Convite, entregue em 08 de março de 2026, estando, assim, dispensada a convocação por Edital nos termos do § 4º do artigo 124 Lei 6.404/76, sendo recolhida assinatura de todos no livro de presença.

Presença de Acionistas: Representando 100% do Capital Social votante.

Composição da mesa: Reuniram-se os acionistas da sociedade **JULIO FREIRE DA COSTA FILHO**, e **TAINA SERRAT DE NASSAU**. Para presidir a Assembleia foi eleito por unanimidade, **JULIO FREIRE DA COSTA FILHO**, o qual aceitou a incumbência e convidou a **TAINA SERRAT DE NASSAU** para secretariá-lo, que também aceitou, constituindo-se assim a mesa e dando-se início aos trabalhos.

Ordem do Dia e Deliberações: O Sr. Presidente declarou instalada a assembleia de Constituição da sociedade **PILAR SECURITIZADORA S.A** e por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições foi deliberado:

1) **Leitura e aprovação da minuta do Estatuto Social** – Dando Início aos trabalhos, o Sr. Presidente procedeu a leitura da minuta do Estatuto Social para os presentes. Terminada a leitura, o Sr. Presidente da mesa submeteu-se à discussão e votação, o que resultou em sua aprovação unânime pelos presentes, passando o Estatuto Social da **PILAR SECURITIZADORA S.A** a ter redação estabelecida no Anexo I, ao final das deliberações desta Ata.

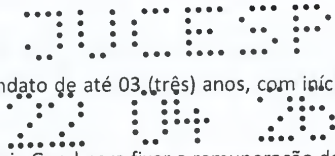
2) **Boletins de Subscrição das Ações** – Foi aprovada a subscrição do Capital Social da Companhia, nos seguintes termos:

Boletim de Subscrição I – **JULIO FREIRE DA COSTA FILHO**, brasileiro, casado em regime de separação de bens, nascido em 21 de janeiro de 1980, empresário, portador do RG sob nº MG11157916 expedido pela PC/MG e CPF sob nº 040.169.656-16, residente e domiciliado na Rua Tapajós, 700, Apartamento 1404, Melo, na cidade de Montes Claros/MG, CEP: 39.401-065; **TAINA SERRAT DE NASSAU**, brasileira, casado em regime de comunhão parcial de bens, nascida em 24 de outubro de 1990, empresária, portadora do RG sob nº MG15691276 expedido pela SSP/MG e CPF sob nº 101.464.296-56, residente e domiciliada na Rua Tupinambás, 500, Apartamento 1702, Melo, na cidade de Montes Claros/MG, CEP: 39.401-509.

Ações subscritas: 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas com direito a voto, não conversíveis, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. Percentual de integralização das ações: 66,7% (sessenta e seis vírgula sete por cento) **JULIO FREIRE DA COSTA FILHO** e 33,3% (trinta e três vírgula três por cento) **TAINA SERRAT DE NASSAU**.

3) **Eleição dos Membros da Diretoria e definição da remuneração global dos Diretores.** Os acionistas aprovaram a eleição de **JULIO FREIRE DA COSTA FILHO**, como **Diretor Presidente**, já qualificado acima; e **TAINA SERRAT DE NASSAU** como **Diretora Administrativa**, já qualificada





acima. Ambos com mandato de até 03 (três) anos, com início em 08 de abril de 2026 a 07 de abril de 2029.

4.1 – Caberá à Assembleia Geral para fixar a remuneração dos administradores da Companhia. A remuneração poderá ser votada em verba individual, para cada membro, ou verba global, cabendo então à Diretoria deliberar sobre a sua distribuição. Ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, o montante global fixado deverá ser dividido igualmente entre os administradores.

4.2 – Os membros da Diretoria ora eleitos aceitaram os cargos para os quais foram nomeados, afirmando expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração de sociedades, e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, e tomaram posse em seus respectivos cargos, nos termos da legislação aplicável, mediante assinatura do Termo de Posse, lavrado em livro próprio.

5) – Endereço da sede: Alameda Rio Negro, nº 503, Sala 2020, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP: 06.454-000.

6) – Descrição da integralização do capital social – Foi declarado que o capital social de R\$ 10.000 (dez mil reais), integralizado neste ato o equivalente a 10% (dez por cento) do capital em moeda corrente nacional, sendo o restante integralizado no prazo de 12 (doze) meses após o registro desta ata.

ENCERRAMENTO: Deliberados todos os itens contidos na Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa, após observadas as formalidades legais, e não havendo oposições de nenhum dos subscritores, declarou constituída a companhia, deu por encerrados os trabalhos, agradecendo a presença de todos, pedindo-me que lavrasse a presente ata, a qual vai ao final assinada por todos os presentes, **JULIO FREIRE DA COSTA FILHO**, Presidente da Mesa, Diretor Presidente e acionista, e **TAINA SERRAT DE NASSAU**, Secretária da Mesa, Diretora Administrativa acionista, fundadores da **PILAR SECURITIZADORA S.A**, antes, porém, transcreve-se a seguir o **ESTATUTO SOCIAL** aprovado no anexo 1.

ANEXO I

ESTATUTO SOCIAL

PILAR SECURITIZADORA S.A

CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO

Artigo 1º - A **PILAR SECURITIZADORA S.A** é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - A sociedade terá a sua sede na Alameda Rio Negro, nº 503, Sala 2020, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP: 06.454-000,

Página 2 de 7

Clicksign 427531fd-8239-4cac-ba97-7c29cbd6efaf



Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300692136 em 22/04/2026 da empresa **PILAR SECURITIZADORA S.A**, protocolado sob o nº 2025129269. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/04/2026 por **MARINA CENTURION DARDANI** – Secretário Geral. Autenticação: 290736662. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.



podendo sua administração estabelecer filiais, agências ou sucursais em qualquer ponto de território nacional.

Artigo 3º - A sociedade tem como objeto:

1. As atividades de administração de carteira de títulos e valores para terceiros;
2. As atividades de corretagem, intermediação, mediação de negócios ou serviços em geral, sem especificação definida, promovendo a integração entre profissionais e empresa;
3. A aquisição, investimentos e securitização de quaisquer direitos creditórios de título e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito;
4. A aquisição e securitização de quaisquer direitos de crédito imobiliários e de títulos valores mobiliários lastreados em direitos de créditos imobiliários.

Artigo 4º - O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II – DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5º - O capital da Companhia é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas, não conversíveis, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo integralizado neste ato o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) em moeda corrente e o valor remanescente no prazo de 12 (doze) meses.

Parágrafo Primeiro – Os acionistas terão direito de preferência para subscrição de aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem.

Parágrafo Segundo – A cada ordinária nominativa corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Parágrafo Terceiro – Os aumentos de capital social advindo de capitalização de lucros reservas não acarretarão aumento na quantidade de ações representativas do capital.

Artigo 6º - A propriedade das ações da Sociedade presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de “Registro de Ações” e a Sociedade somente emitirá certificados de ações a requerimento do acionista, sendo cobrados deste os respectivos custos.

Parágrafo Único – As cautelas ou certificados de ações, quando emitidos, serão assinados por 01 (um) Diretor ou por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador da Sociedade, ou por 2 (dois) procuradores com poderes especiais.

CAPÍTULO III – DAS ASSEMBLEIAS

Artigo 7º - As Assembleias Gerais serão Ordinárias ou Extraordinárias. As Assembleias Gerais Ordinárias serão realizadas nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento do exercício social e as Extraordinárias sempre que necessário, seja em função dos interesses da Sociedade, ou de disposição deste Estatuto, ou quando a legislação aplicável assim exigir.

Artigo 8º - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Diretor Presidente ou seu substituto e presididas pelo Diretor Presidente ou, na ausência, pelo seu substituto, ou na ausência de ambos, pelos acionistas que na ocasião forem escolhidos por maioria de votos dos presentes. O Presidente da Assembleia indicará o Secretário dentre os presentes.



Artigo 9º - Somente poderão tomar parte e votar nas Assembleias Gerais os acionistas cujas ações estejam inscritas em seu nome, no registro competente, até 03 (três) dias antes da data marcada para sua realização.

Artigo 10º - As deliberações das Assembleias Gerais, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta dos votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

Artigo 11º - Compete privativamente às Assembleias Gerais deliberar sobre as seguintes matérias:

- a) Quaisquer modificações e/ou reformas do estatuto social da Sociedade, inclusive, mas sem limitação, o aumento e a redução do capital social e as alterações no objeto social;
- b) Eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos membros da diretoria e conselho fiscal da Sociedade, ressalvados os casos previstos em lei;
- c) Aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- d) Aprovação da operação de cisão, fusão, incorporação, liquidação, e dissolução da Sociedade;
- e) Autorização para emissão de debêntures e partes beneficiárias;
- f) Constituição de ônus reais e prestação de quaisquer garantias em nome da Sociedade ou relativos a obrigação de terceiros;
- g) Aquisição, alienação ou oneração de participação em outras sociedades.

CAPÍTULO IV – DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 12º - A sociedade será administrada por uma Diretoria constituída por no mínimo 1 (um) Diretor, acionista ou não, residentes no País, eleito pela Assembleia Geral dos acionistas, para um mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição. Incumbirá à Assembleia Geral fixar as remunerações globais anuais dos administradores.

Parágrafo Único – A Assembleia Geral deverá indicar dentre os membros da Diretoria o Diretor Presidente.

Artigo 13º - Em caso de vacância, ausência e ou impedimento de um dos cargos da Diretoria, será convocada imediatamente uma Assembleia Geral para eleger o substituto, que completará o mandato do Diretor substituído.

Artigo 14º - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, seja por lei ou pelo presente Estatuto da Sociedade, é atribuída competência à Assembleia Geral. Seus poderes e obrigações incluem, mas não estão limitados, entre outros, aos seguintes:

- a) Zelar pela observância da lei deste Estatuto;
- b) Zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas suas próprias reuniões;
- c) Administrar, gerir e superintender os negócios sociais;
- d) Emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários;
- e) Distribuir, entre seus membros, as funções de administração da Sociedade;
- f) Preparar e apresentar demonstrações financeiras e orçamento anuais e trimestrais à Assembleia Geral dos acionistas.



Parágrafo Único – A venda, permuta, transferência ou alienação por qualquer forma, ou a hipoteca, penhor ou constituição de ônus de qualquer natureza sobre bens imóveis e/ou marcas, patentes, concessões, permissões, licenças e registros públicos sobre produto ou processo de produção, da Sociedade dependem da autorização e aprovação dos acionistas representando a maioria capital votante em assembleia geral. A venda, permuta, transferência ou alienação de bens móveis da Sociedade deverá ser aprovada em Reunião de Diretoria.

Artigo 15º - Compete aos Diretores da sociedade:

Parágrafo Primeiro – Compete ao Diretor Presidente: a) representar a Sociedade ativa ou passivamente em qualquer juízo ou fora dele, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais e/ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais; b) assinar documentos e outros papéis de rotina da Sociedade; c) representar a sociedade perante Receita Federal do Brasil.

Parágrafo Segundo – Compete também ao Diretor Presidente: a) assinatura de escrituras de qualquer natureza; b) letras de câmbio, cheques, ordens de pagamento, endosso, destinados à cobrança ou depósito em nome da companhia; c) contratos em geral, quaisquer outros documentos ou atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Sociedade ou que exonerem de obrigações para os terceiros; d) negociação, desistência ou a renúncia de direitos.

Parágrafo Terceiro – Qualquer Diretor em conjunto ou isoladamente, poderá outorgar procuração específica a outro Diretor, desde que investidos em poderes especiais e expressos, pelo máximo de 1 (um) ano.

Artigo 16º - As procurações serão outorgadas em nome da Sociedade pelo Diretor Presidente, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão período de validade limitado, no máximo, a 1 (um) ano.

Artigo 17º - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionários que a envolvam em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fiança, avais, endossos, ou quaisquer garantias em favor de terceiros.

Artigo 18º - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer de seus membros, com antecedência mínima de 3 (três) dias, e somente será instalada com a presença da maioria de seus membros em exercício.

Parágrafo Único – As deliberações de Diretoria constarão de atas lavradas em livro próprio e serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, cabendo ao Diretor Presidente o voto de desempate.

CAPÍTULO V – DO CONSELHO FISCAL

Artigo 19º - O Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente.

Artigo 20º - O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido dos acionistas e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei.

Artigo 21º - As atribuições e poderes do Conselho Fiscal são os conferidos por lei.



Artigo 22º - As regras sobre constituição e atribuições do Conselho Fiscal, requisitos, impedimentos, deveres e responsabilidades, bem como sobre remuneração, pareceres e representação de seus membros são as estabelecidas no Capítulo XIII da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

CAPÍTULO VI – DO EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 23º - O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 24º - No fim de cada exercício será levantado um balanço geral, observadas as disposições legais vigentes. Dos lucros líquidos verificados será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. O restante terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral, desde que tenha distribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, observando o disposto no artigo 6º deste Estatuto.

Artigo 25º - A sociedade poderá, de acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, levantar balanços anuais, semestrais, ou em períodos menores, e com base nelas a Diretoria deliberará sobre o pagamento de dividendos na forma da Lei, à conta dos lucros apurados em balanço anual, semestral ou em períodos menores, bem como à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Fica a Diretoria autorizada, ainda, a distribuir dividendos por conta do dividendo mínimo obrigatório referido no artigo anterior, antes da realização da Assembleia Geral Ordinária, mas “ad referendum” da mesma.

Parágrafo Único – Observadas as disposições legais a respeito, a Sociedade poderá pagar aos seus acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

CAPÍTULO VII – DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 26º - A sociedade entrará em liquidação nos casos legais, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo da liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que devam funcionar durante o período da liquidação.

CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 27º - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, e reverterão em favor da Sociedade.

CAPÍTULO IX – FORO





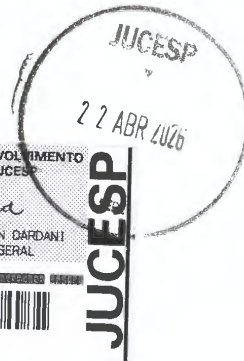
Artigo 28º - Fica eleito o Foro da Cidade de Barueri, no estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja, como o único competente a conhecer e julgar qualquer questão ou causa que, direta ou indiretamente, derivem da celebração deste Estatuto Social ou da aplicação de seus preceitos.

Barueri/SP, 08 de abril de 2026.

JULIO FREIRE DA COSTA FILHO
Presidente da mesa
Diretor Presidente
Acionista

TAINA SERRAT DE NASSAU
Secretária da mesa
Diretora Administrativa
Acionista

THIAGO RODRIGO DA COSTA
CPF: 436.983.568-21
OAB/SP: 440.541



BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO
PILAR SECURITIZADORA S.A

Subscrição de 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas, não conversíveis, pelo preço unitário de R\$ 1,00 (um real) por ação integralizada.

Foram integralizados em moeda corrente nacional nesse ato o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), referente a 10% (dez por cento) do capital social, sendo o restante integralizado no prazo de 12 (doze) meses após o registro da ata de constituição.

| SUBSCRITOR | TIPO | SUBSCRITA | INTEGRALIZADA | TOTAL (R\$) |
|--|-----------|-----------|---------------|--------------------|
| JULIO FREIRE DA COSTA FILHO , brasileiro, casado em regime de separação de bens, nascido em 21 de janeiro de 1980, empresário, portador do RG sob nº MG11157916 expedido pela PC/MG e CPF sob nº 040.169.656-16, residente e domiciliado na Rua Tapajós, 700, Apartamento 1404, Melo, na cidade de Montes Claros/MG, CEP: 39.401-065 | Ordinária | 6.670 | 667 | 667,00 |
| TAINA SERRAT DE NASSAU , brasileira, casado em regime de comunhão parcial de bens, nascida em 24 de outubro de 1990, empresária, portadora do RG sob nº MG15691276 expedido pela SSP/MG e CPF sob nº 101.464.296-56, residente e domiciliada na Rua Tupinambás, 500, Apartamento 1702, Melo, na cidade de Montes Claros/MG, CEP: 39.401-509 | Ordinária | 3.330 | 333 | 333,00 |
| TOTAIS | | 10.000 | 1.000 | R\$1.000,00 |

Barueri/SP, 08 de abril de 2026.

JULIO FREIRE DA COSTA FILHO
Acionista Subscritor

TAINA SERRAT DE NASSAU
Acionista Subscritora

Clicksign 95ddb4cf-4124-4554-91ef-763f45d1ac46



Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300692136 em 22/04/2026 da empresa PILAR SECURITIZADORA S.A, protocolado sob o nº 2025129269. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/04/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 290736662. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
TERMO DE POSSE DIRETORIA
2026

JULIO FREIRE DA COSTA FILHO, brasileiro, casado em regime de separação de bens, nascido em 21 de janeiro de 1980, empresário, portador do RG sob nº MG11157916 expedido pela PC/MG e CPF sob nº 040.169.656-16, residente e domiciliado na Rua Tapajós, 700, Apartamento 1404, Melo, na cidade de Montes Claros/MG, CEP: 39.401-065; nos termos da lei, assina o presente Termo de Posse para manifestar seu conhecimento e concordância quanto a sua nomeação para exercer o cargo de Diretor Presidente da **PILAR SECURITIZADORA S.A** com sede na Alameda Rio Negro, nº 503, Sala 2020, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP: 06.454-000, declarando e garantindo o quando segue:

I. Que não está incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer atividade mercantil:

II. Que não está impedido de exercer a administração de sociedades, seja em virtude de lei especial, seja em virtude de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso cargos públicos, ou, ainda virtude de condenação por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão ou peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;

III. Que o endereço acima referido, é indicado para o recebimento de citações, e nos termos e para os fins do § 2º, do artigo 149, da Lei 6.404/76.

Barueri/SP, 08 de abril de 2026.

JULIO FREIRE DA COSTA FILHO

Clicksign ed1608be-8c99-452c-b3e9-87a752664b1f



Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300692136 em 22/04/2026 da empresa PILAR SECURITIZADORA S.A, protocolado sob o nº 2025129269. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/04/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 290736662. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
TERMO DE POSSE DIRETORIA

TAINA SERRAT DE NASSAU, brasileira, casado em regime de comunhão parcial de bens, nascida em 24 de outubro de 1990, empresária, portadora do RG sob nº MG15691276 expedido pela SSP/MG e CPF sob nº 101.464.296-56, residente e domiciliada na Rua Tupinambás, 500, Apartamento 1702, Melo, na cidade de Montes Claros/MG, CEP: 39.401-509; nos termos da lei, assina o presente Termo de Posse para manifestar seu conhecimento e concordância quanto a sua nomeação para exercer o cargo de Diretora Administrativa da **PILAR SECURITIZADORA S.A** com sede na Alameda Rio Negro, nº 503, Sala 2020, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP: 06.454-000, declarando e garantindo o quando segue:

I. Que não está incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer atividade mercantil:

II. Que não está impedido de exercer a administração de sociedades, seja em virtude de lei especial, seja em virtude de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso cargos públicos, ou, ainda virtude de condenação por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão ou peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;

III. Que o endereço acima referido, é indicado para o recebimento de citações, e nos termos e para os fins do § 2º, do artigo 149, da Lei 6.404/76.

Barueri/SP, 08 de abril de 2026.

TAINA SERRAT DE NASSAU

Clicksign 01e7bbec-2fe2-4df5-b959-05ab9483958e



Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300692136 em 22/04/2026 da empresa PILAR SECURITIZADORA S.A, protocolado sob o nº 2025129269. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/04/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 290736662. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
ANEXO VII DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE
JUCESP

Eu **PAULO FERNANDO GARCIA JUNIOR**, com inscrição ativa na(o) ou CRC/SP sob o nº250498/O-5, expedida em 13 de julho de 2006, inscrito no CPF nº 305.655.388-10, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

Documentos apresentados:

1. CNH de JULIO FREIRE DA COSTA FILHO;
2. CNH de TAINA SERRAT DE NASSAU;
3. Comprovante de depósito no valor de R\$1.000,00

Franca/SP, 08 de abril de 2026.

PAULO FERNANDO GARCIA JUNIOR

Clicksign 4454ca79-98bf-4cfn-937c-774285d34b9f



Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300692136 em 22/04/2026 da empresa PILAR SECURITIZADORA S.A, protocolado sob o nº 2025129269. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/04/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 290736662. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico



DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO À Junta Comercial do Estado de São Paulo

| | | | | | | | |
|---|---------------------------|-------------------------|----------------------|--------|---------------------------------|-----------------------------|----------|
| NOME JULIO FREIRE DA COSTA FILHO | | | | | | NACIONALIDADE Brasileira | |
| COR OU RAÇA Não Declarada | ESTADO CIVIL Casado(a) | CPF 040.169.656-16 | RG/RNE MG11157916 | DIGITO | DATA DE EXPEDIÇÃO 29/04/2021 | ORGÃO EXPEDIDOR PC | UF MG |
| DOMICILADO(A) Rua Tapajos | | | | | | NUMERO 700 | |
| COMPLEMENTO Apto 1404 | | DISTRITO/BAIRRO Melo | | | | CEP 39401-065 | |
| MUNICIPIO Montes Claros | | | | | | UF MG | |
| Declara, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; Ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. | | | | | | | |

| | | | |
|---|--|------------|------------|
| NOME E ASSINATURA DO EMPRESÁRIO/SÓCIOS/DIRETORES/ADMINISTRADORES OU REPRESENTANTE LEGAL | | | |
| LOCALIDADE | Barueri - SP | DATA | 08/04/2026 |
| NOME | JULIO FREIRE DA COSTA FILHO (Diretor Presidente) | ASSINATURA | |





JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico



| | | | | | | | |
|--|---------------------------|-------------------------|----------------------|--------|---------------------------------|-----------------------------|----------|
| NOME TAINA SERRAT DE NASSAU | | | | | | NACIONALIDADE Brasileira | |
| COR OU RAÇA Não Declarada | ESTADO CIVIL Casado(a) | CPF 101.464.296-56 | RG/RNE MG15691276 | DIGITO | DATA DE EXPEDIÇÃO 25/09/2024 | ORGÃO EXPEDIDOR SSP | UF MG |
| DOMICILADO(A) Rua Tupinambas | | | | | | NUMERO 500 | |
| COMPLEMENTO Apto 1702 | | DISTRITO/BAIRRO Melo | | | | CEP 39401-509 | |
| MUNICÍPIO Montes Claros | | | | | | UF MG | |
| Declara, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; Ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. | | | | | | | |

| | | | |
|---|---|------------|------------|
| NOME E ASSINATURA DO EMPRESÁRIO/SÓCIOS/DIRETORES/ADMINISTRADORES OU REPRESENTANTE LEGAL | | | |
| LOCALIDADE | Barueri - SP | DATA | 08/04/2026 |
| NOME | TAINA SERRAT DE NASSAU (Diretor Administrativo) | ASSINATURA | |

